

Estadual

Dívida dos estados ameaça.

Sandro Silveira

O fechamento do acordo de renegociação da rolagem da dívida de aproximadamente 30 bilhões de dólares de estados e municípios com o Governo Federal é determinante para o Brasil cumprir a carta de intenções aprovada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O último dia para todos os interessados assinarem os contratos com o Tesouro Nacional é 26 de junho.

O êxito da renegociação é importante, porque este é o principal instrumento que a União tem para enquadrar estados e municípios em comportamentos que os levem a gerar superávit de 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) - 2,8 bilhões de dólares — este ano e de um por cento — 4 bilhões de dólares — em 1993. Estas metas estão na Carta de Intenções.

A principal dificuldade em se obter isso está no fato de este ser um ano de eleições municipais em todo o País. Tradicionalmente, as unidades da Federação, juntas, apresentam déficit superior a um por cento do PIB nessas oportunidades, conforme técnicos do Tesouro Nacional.

O estado de São Paulo é exemplo disso. O governo paulista ainda não descartou a hipótese de emitir Cr\$ 250 bilhões em títulos estaduais destinados ao pagamento de desapropriações, um assunto polêmico que envolve milhares de eleitores direta e indiretamente. São Paulo pretende considerar

a emissão, dívida pública, enquanto o Banco Central só admite sua realização como privada.

Dificuldades — O caminho a ser percorrido até 26 de junho é longo. A confecção do acordo iniciou-se ano passado e somente agora afunila-se, com problemas. O Senado aprovou a Resolução nº 58 sem explicitar que cada estado e município não poderá contrair dívidas superiores a 11 por cento de sua receita líquida este ano e 15 por cento nos anos restantes do acordo. Ela precisa ser alterada agora.

Os senadores, conforme determina a Constituição Federal, representam as unidades da Federação e nada farão sem consultar suas bases políticas. A ausência dessa explicitação na resolução deixará o acordo de rolagem sem o efeito que o Governo Federal deseja, pois os gastos estaduais e municipais não estarão limitados. O secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellich, espera que o Senado altere a resolução até o fim deste mês.

Uma dificuldade criada pelo Governo começa a ser abandonada ou, pelo menos, abrandada. A secretária nacional da Economia, Dorothea Werneck, pretende que os estados não cobrem Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes em produtos de exportação. O Governo chegou a admitir colocar esse item como uma das exigências para rolar as dívidas dos estados, mas não o fará nessa intensidade.

Gastos têm “camisa-de-força”

Os estados que estão em dia com o pagamento de suas dívidas, como Paraná e Ceará, seriam prejudicados com essa medida. Nesse caso é preferível agir politicamente e não dar oportunidades maiores para, por exemplo, o governador cearense, Ciro Gomes, repetir que a rolagem das dívidas é um prêmio para os estados relapsos com as contas públicas.

Se, por um lado, estados e municípios admitem utilizar uma “camisa-de-força” ao limitarem seus gastos e comprometerem-se a não mais emitirem títulos mobiliários até 1998 (é um fator potencialmente gerador de déficit), por outro, conseguem condições vantajosas para pagamento de seus débitos com a União. O governador paulista, Antônio Fleury, prefere dizer que a rolagem aliviará pouco as finanças do estado. Este ano, com ela, São Paulo deve pagar 1,1 bilhão de dólares ao Governo Federal. Ano passado, pagou 1,21 bilhão. A dife-

rença é de 110 milhões de dólares.

Devido ao acordo, as Unidades da Federação poderão pagar seus débitos em 20 anos, através de 80 prestações trimestrais, com prazo de três meses a partir da data de assinatura, conforme explica Wellich. Esse fato alivia as contas públicas estaduais. O secretário reforça a interpretação da lei, ainda não explicitada devidamente, de que novos endividamentos também estão sujeitos ao limite de 11 e 15 por cento das respectivas receitas líquidas.

O governo gaúcho quer aproveitar a atual fase de negociação, para iniciar o saneamento da Companhia Estadual de Energia Elétrica. O governador Alceu Collares afirma ser o Rio Grande do Sul credor de 700 milhões de dólares, embora deva 3,8 bilhões. O encontro de contas — abatimento dos créditos nos débitos —, que está sendo negociado entre as partes, reduzirá a dívida da estatal de eletricidade do estado.

13

Brasília, domingo, 9 de fevereiro de 1992

acordo com FMI